

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO - CONSOLIDADO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017 - 2º QUADRIMESTRE(JANEIRO A AGOSTO)

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

RS\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JANEIRO A DEZEMBRO/2017	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	11.080.571.895,02	13.600.127,82
Pessoal Ativo	7.032.895.417,41	10.500.944,67
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.042.746.000,85	1.819.229,03
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	4.930.476,76	1.279.954,12
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.325.021.372,51	1.753.614,99
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	125.790.868,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	56.945.566,25	93.226,35
Despesas de Exercícios Anteriores	298.028.028,48	(0,00)
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.844.256.909,78	1.660.388,64
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	7.755.550.522,51	11.846.512,83
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		7.767.397.035,34
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		13.184.634.381,79
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		58,91%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>		7.910.780.629,07
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <95% do limite máximo>		7.515.241.597,62
LIMITE DE ALERTA (art. 59, § 1º, II, da LRF) - <90% do limite máximo>		7.119.702.566,17

Fonte: CNAF/SGCO/SATE/SEFAZ - Sig-MT emitido em 18/09/2017 às 14:06h

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64
- Conforme parecer de auditoria nº 532/2015 da CGE, os valores(R\$ 111.994.826,15) das despesas de inativos e pensionistas do Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa pagos pela EGE-SAD foram excluído das despesas de pessoal do Executivo.
- Este relatório será publicado conforme orientação CGE sobre retirada do valor de R\$ 16.917.912,87 das despesas de pessoal, vide parecer 1256/2015. Rubrica 1290
- Este relatório será publicado conforme orientação CGE sobre retirada do valor de R\$ 21.373.480,44 das despesas de pessoal, vide parecer 409/2016. Rubrica 2310,2311 e 2312.
- Este relatório será publicado conforme resolução de consulta nº 28/2016 do TCE sobre retirada de valores referente à Defensoria do Poder Executivo. Valor considerado de R\$ 81.423.416,40
- Este relatório será publicado conforme resolução de consulta nº 29/2016 do TCE sobre retirada de valores referente ao IRRF. Valor considerado de R\$ 1.077.314.705,88

Original Assinado

José Pedro Gonçalves Taques
Governador do Estado

Original Assinado

Gustavo Pinto Coelho de Oliveira
Secretário de Fazenda

Original Assinado

Francisco Serafim de Barros
Secretário Adjunto do Tesouro

Original Assinado

Ciro Rodolpho de Arruda Siqueira
Secretário Controlador Geral do Estado

Original Assinado

Anésia Cristina Batista
Superintendente de Gestão da Contabilidade do Estado

PODER EXECUTIVO
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017 - 2º QUADRIMESTRE (JANEIRO A AGOSTO)

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	JANEIRO A DEZEMBRO/2017	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	8.980.737.493,98	5.489.145,43
Pessoal Ativo	5.323.727.361,94	2.390.402,28
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.652.079.655,28	1.818.789,03
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	4.930.476,76	1.279.954,12
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	2.737.025.427,31	1.659.948,64
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	115.878.787,63	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	2.250.185,97	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	41.421.707,75	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.577.474.745,96	1.659.948,64
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.243.712.066,67	3.829.196,79
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		6.247.541.263,46

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	13.184.634.381,79
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	47,39%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	6.460.470.847,08
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <95% do limite máximo>	6.137.447.304,72
LIMITE DE ALERTA (art. 59, § 1º, II, da LRF) - <90% do limite máximo>	5.814.423.762,37

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64
- c) Conforme parecer de auditoria nº 532/2015 da CGE, os valores(R\$ 111.994.826,15) das despesas de inativos e pensionistas do Tribunal de Contas e Assembleia Legislativa pagos pela EGE-SAD foram excluído das despesas de pessoal do Executivo.
- d) Este relatório será publicado conforme orientação CGE sobre retirada do valor de R\$ 16.917.912,87 das despesas de pessoal, vide parecer 1256/2015. Rubrica 1290
- e) Este relatório será publicado conforme orientação CGE sobre retirada do valor de R\$ 21.373.480,44 das despesas de pessoal, vide parecer 409/2016. Rubrica 2310,2311 e 2312.
- f) Este relatório será publicado conforme resolução de consulta nº 28/2016 do TCE sobre retirada de valores referente à Defensoria do Poder Executivo. Valor considerado de R\$ 81.423.416,40
- g) Este relatório será publicado conforme resolução de consulta nº 29/2016 do TCE sobre retirada de valores referente ao IRRF. Valor considerado de R\$ 1.023.938,906,20

Original Assinado

José Pedro Gonçalves Taques
Governador do Estado

Original Assinado

Gustavo Pinto Coelho de Oliveira
Secretário de Fazenda

Original Assinado

Francisco Serafim de Barros
Secretário Adjunto do Tesouro

Original Assinado

Ciro Rodolpho de Arruda Siqueira
Secretário Controlador Geral do Estado

Original Assinado

Anésia Cristina Batista
Superintendente de Gestão da Contabilidade do Estado

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017 - 2º QUADRIMESTRE (JANEIRO A AGOSTO)

RGF - ANEXO 2 (LRF, Art. 55, inciso I, Alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.784.889.079,90	6.680.984.133,93	6.807.636.242,92	
Dívida Mobiliária	-	-	-	
Dívida Contratual	6.776.470.873,33	6.672.506.307,10	6.627.661.737,17	
Empréstimos	2.439.115,81	1.166.489.594,00	1.149.911.202,64	
Internos	2.439.115,81	-	-	
Externos	-	1.166.489.594,00	1.149.911.202,64	
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-	
Financiamentos	4.011.518.569,54	2.619.794.796,05	2.645.151.660,40	
Internos	2.744.873.246,69	2.619.794.796,05	2.645.151.660,40	
Externos	1.266.645.322,85	-	-	
Parcelamento e Renegociação de dívidas	202.782.703,55	275.296.573,20	269.479.358,36	
De Tributos	-	-	-	
De Contribuições Previdenciárias	5.215.247,74	-	-	
De Demais Contribuições Sociais	197.567.455,81	275.296.573,20	269.479.358,36	
Do FGTS	-	-	-	
Com Instituições Não financeira	-	-	-	
Demais Dívidas Contratuais	2.559.730.484,43	2.610.925.343,85	2.563.119.515,77	
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 - vencidos e não pagos	9.767,87	7.794,13	171.489.217,05	
Outras Dívidas	8.408.438,70	8.470.032,70	8.485.288,70	
DEDUÇÕES (II)¹	1.277.360.633,28	2.103.283.971,13	2.507.970.779,03	
Disponibilidade de Caixa	1.219.498.251,03	2.045.522.012,51	2.300.900.034,87	
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.166.602.799,49	2.612.213.118,62	2.466.689.014,22	
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	947.104.548,46	566.691.106,11	165.788.979,35	
Demais Haveres Financeiros	57.862.382,25	57.761.958,62	207.070.744,16	
DÍVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA - (DCL) (III) = (I - II)	5.507.528.446,62	4.577.700.162,80	4.299.665.463,89	
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL	12.522.756.874,44	12.871.326.692,86	13.184.634.381,79	
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	54,18%	51,91%	51,63%	
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	43,98%	35,57%	32,61%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <200%>	25.045.513.748,88	25.742.653.385,72	26.369.268.763,58	
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <180%>	22.540.962.373,99	23.168.388.047,15	23.732.341.887,22	

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	-	-	-	
PASSIVO ATUARIAL	-	24.805.077.120,66	24.805.077.120,66	
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	-	-	-	
DEPÓSITOS	286.281.467,63	439.996.584,54	640.413.812,19	
RP NÃO PROCESSADOS	37.940.655,30	104.235.742,50	402.740.789,08	
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	-	-	-	

FONTE: CNAF/SGCO/SATE/SEFAZ - FIPLAN, FIP215 emitido em 18/09/2017, às 16:03h

¹ Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

NOTA

Os valores constantes na coluna "Saldo do Exercício Anterior" correspondem aos valores do 3º Quadrimestre/2016, conforme DOE do dia 27/03/2017.

1 - Houve alteração no layout conforme MDF 7ª Edição, assim :

Os valores da dívida contratual estão dispostos de forma diferenciada em relação a publicação anterior

Valores de Passivo Atuarial do exercício anterior está zerado devido layout anterior não considerar tal valor no demonstrativo.

Nesse quadrimestre houve alteração de metodologia para o Restos a Pagar Não Processados. Para quadrimestres anteriores manteve o publicado anteriormente.

Original Assinado

José Pedro Gonçalves Taques
Governador do Estado

Original Assinado

Gustavo Pinto Coelho de Oliveira
Secretário de Fazenda

Original Assinado

Francisco Serafim de Barros
Secretário Adjunto do Tesouro

Original Assinado

Ciro Rodolpho de Arruda Siqueira
Secretário Controlador Geral do Estado

Original Assinado

Anésia Cristina Batista
Superintendente de Gestão da Contabilidade do Estado

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
RELATORIO DE GESTAO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017 - 2º QUADRIMESTRE(JANEIRO A AGOSTO)

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF1	-	-	-	-
INTERNAS (II)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF1	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	12.522.756.874,44	12.871.326.692,86	13.184.634.381,79	
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00%	0,00%	0,00%	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <22%>	2.755.006.512,38	2.831.691.872,43	2.900.619.563,99	
LIMITE DE ALERTA (inciso III § 1º do art. 59 da LRF) - <19,80%>	2.479.505.861,14	2.548.522.685,19	2.610.557.607,59	

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF1	-	-	-	-
INTERNAS (VI)	-	-	-	-
Aval ou Fiança em Operações de Crédito	-	-	-	-
Outras Garantias nos Termos da LRF1	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	-	-	-	-

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE: CNAF/SGCO/SATE/SEFAZ - FIPLAN - FIP215, emitido em 18/09/2017, às 14:54h.

Nota: 1 Inclui garantias concedidas por meio de Fundos.

Original Assinado
José Pedro Gonçalves Taques
Governador do Estado

Original Assinado
Gustavo Pinto Coelho de Oliveira
Secretário de Fazenda

Original Assinado
Francisco Serafim de Barros
Secretário Adjunto do Tesouro

Original Assinado
Ciro Rodolpho de Arruda Siqueira
Secretário Controlador Geral do Estado

Original Assinado
Anésia Cristina Batista
Superintendente de Gestão da Contabilidade do Estado

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017 - 2º QUADRIMESTRE(JANEIRO A AGOSTO)

RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	158.521.629,82	158.521.629,82
Interna	158.521.629,82	158.521.629,82
Empréstimos	158.521.629,82	158.521.629,82
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de Crédito previstas no art.7º da RSF nº43/2001	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de Crédito previstas no art.7º da RSF nº43/2001	-	-
TOTAL (I)	158.521.629,82	158.521.629,82

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	13.184.634.381,79	
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	158.521.629,82	1,20%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.109.541.501,09	16,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <14,40%>	1.898.587.350,98	14,40%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	922.924.406,73	7,00%

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No quadrimestre	Até o quadrimestre
Parcelamentos de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	-	-

FONTE: CNAF/SGCO/SATE/SEFAZ - FIPLAN FIP215 emitido em 18.09.2017, às 14:54h

Original Assinado
José Pedro Gonçalves Taques
Governador do Estado

Original Assinado
Gustavo Pinto Coelho de Oliveira
Secretário de Fazenda

Original Assinado
Francisco Serafim de Barros
Secretário Adjunto do Tesouro

Original Assinado
Ciro Rodolpho de Arruda Siqueira
Secretário Controlador Geral do Estado

Original Assinado
Anésia Cristina Batista
Superintendente de Gestão da Contabilidade do Estado

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO/2017 - 2º QUADRIMESTRE(JANEIRO A AGOSTO)

Anexo 6 - LRF, art. 48

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE
Receita Corrente Líquida	13.184.634.381,79

DESPESA COM PESSOAL- EXECUTIVO	VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP	6.247.541.263,46	47,39%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <49,00%>	6.460.470.847,08	49,00%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <46,55%>	6.137.447.304,72	46,55%

DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	4.299.665.463,89	32,61%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	26.369.268.763,58	200,00%

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	-	0,00%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal <22%>	2.900.619.563,99	22,00%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	158.521.629,82	1,20%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	0,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	2.109.541.501,09	16,00%
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	922.924.406,73	7,00%

RESTOS A PAGAR*	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	-	-

FONTES: CNAF/SGCO/SATE/SEFAZ

Original Assinado

José Pedro Gonçalves Taques

Governador do Estado

Original Assinado

Gustavo Pinto Coelho de Oliveira

Secretário de Fazenda

Original Assinado

Francisco Serafim de Barros

Secretário Adjunto do Tesouro

Original Assinado

Ciro Rodolpho de Arruda Siqueira
Secretário Controlador Geral do Estado

Original Assinado

Anésia Cristina Batista

Superintendente de Gestão da Contabilidade do Estado